

ACESSO E INCLUSÃO NAS ESCOLAS PRIVADAS: Revisão bibliográfica sobre o período de 2011-2021

Ícaro Belém Horta

Resumo

O presente trabalho busca realizar um processo de revisão bibliográfica que diz respeito ao processo de inclusão escolar, ao passo que aborda a perspectiva do acesso e matrícula de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) nas instituições privadas de ensino durante o período de 2011-2021. Na busca de realizar tal análise, utilizou-se de dois indexadores de trabalhos relevantes para a área, sendo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE). Neste processo de busca e reflexão, observou-se um número muito baixo que dizia a respeito de tais produções, apontando a necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas. Ademais, compreendeu-se que algumas medidas, tais como o capital privado pode agir frente e perante a adoção de medidas e políticas públicas, havendo a necessidade de ação legislatória e fiscalizadora desse processo. Aponta-se também a necessidade de ser pensado sobre o processo de medidas neoliberais ao passo que deve ser promovida uma educação inclusiva.

Palavras-chave: instituições privadas; público-alvo da Educação Especial; inclusão escolar.

ACCESS AND INCLUSION IN PRIVATE SCHOOLS: Bibliographic review on the period 2011-2021

Abstract

The present work seeks to carry out a bibliographic review process that concerns the school inclusion process, while addressing the perspective of access and enrollment of Special Education Target Public (PAEE) students in private educational institutions during the period of 2011 -2021. In order to carry out such an analysis, we used two indexers of works relevant to the area, namely the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) and the Brazilian Journal of Special Education (RBEE). In this process of search and reflection, there was a very low number that said about such productions, pointing out the need for further research to be carried out. In addition, it was understood that some measures, such as private capital, can act before and before the adoption of measures and public policies, with the need for legislative and supervisory action in this process. It is also pointed out the need to think about the process of neoliberal measures while an inclusive education must be promoted.

Keywords: private institutions; Special Education Target Public; school inclusion.

ACCESO E INCLUSIÓN EN COLEGIOS PRIVADOS: Revisión bibliográfica sobre el periodo 2011-2021

Resumen

El presente trabajo busca realizar un proceso de revisión bibliográfica que atañe al proceso de inclusión escolar, a la vez que aborda la perspectiva de acceso y matrícula de los estudiantes público objetivo de la Educación Especial (PAEE) en instituciones educativas privadas durante el período 2011 -2021. Para llevar a cabo tal análisis, utilizamos dos indexadores de obras relevantes para el área, a saber, la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) y la Revista Brasileña de Educación Especial (RBEE). En este proceso de búsqueda y reflexión, hubo un número muy bajo

que dijo sobre tales producciones, lo que indica la necesidad de realizar más investigaciones. Además, se entendió que algunas medidas, como el capital privado, pueden actuar antes y antes de la adopción de medidas y políticas públicas, siendo necesaria la acción legislativa y fiscalizadora en este proceso. También se señala la necesidad de pensar en el proceso de medidas neoliberales al mismo tiempo que se debe promover una educación inclusiva.

Palabras clave: instituciones privadas; público objetivo de la Educación Especial; inclusión escolar.

INTRODUÇÃO

A mãe de uma criança com autismo denunciou ter sido impedida de matricular o filho em uma escola particular em Jaboatão dos Guararapes, no Grande Recife. Segundo a promotora de vendas Nice Barros, o Colégio Bom Jesus Candeias permitiu que o menino, de 4 anos, participasse de uma aula experimental na terça-feira (24), mas, na quarta-feira (25), a gestora da escola negou a matrícula dele. (ALVES; MELO, 2021)

O trecho da reportagem acima, retirada do portal G1 denuncia uma situação que, infelizmente, ainda é recorrente na realidade social de estudantes Público-Alvo da Educação Especial¹. A negação de matrículas é proibida por lei. De acordo com a legislação brasileira, apresentada no portal *online* do Ministério da educação: “Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos (Art. 8º da Lei nº 7.853/89)” (MEC, s.d.).

Essa realidade apresenta uma medida que ainda existe ao pensar o ensino privado brasileiro e, é com este pontapé inicial, que este trabalho direciona seus estudos. É através da busca de compreender e refletir como esse processo de pesquisa se coloca frente e perante a sociedade brasileira que se apoia. Junto a essa perspectiva, pensa-se como a área acadêmica também utiliza dessas reflexões.

Ao buscar pensar e refletir sobre como a inclusão escolar se coloca perante toda a realidade existente, um primeiro ponto cabe aqui apresentar: como os trabalhos acadêmicos acerca do ensino privado analisam as políticas de acesso de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)? Este processo, analisando os últimos 10 anos (2011-2021), se constitui como um avanço?

¹ De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.” (BRASIL, 1996)

É interessante apontar aqui que tais perguntas não podem – e nem devem – ser respondidas com uma simples resposta e em um único trabalho de conclusão de curso/especialização. Entender todo esse processo é algo longo e demanda tempo e mais espaço para que sejam realizadas essas análises, compreendendo, por exemplo, aspectos específicos e particularidades que determinadas localidades serão colocadas.

A pesquisa parte, portanto, da problemática de compreender a realidade de acesso com/para a sociedade brasileira desses estudantes. Haveria algum caminho que vem sendo traçado? Como a produção temática brasileira apresenta esse processo de inclusão escolar? Algumas das respostas – e também o surgimento de novos questionamentos – serão apresentados no decorrer do texto.

O interesse social da pesquisa parte do momento que há a necessidade de compreensão de como a realidade se coloca frente a um processo de inclusão – seja ele mais ou menos atuante – ao pensar no sistema privado de ensino. Mas, por que pensar a realidade que não é da rede pública? Aqui aponta também algumas importâncias que o estudo caminha: a necessidade de compreender as particularidades e especificidades que o acesso ao ensino privado apresenta. Conforme será visto a seguir, existe uma baixa produção de como é visto e compreendido essa produção.

Entender esse ponto também revela um interesse social, dado que existe um interesse e também uma visão glorificadora e de salvação que, supostamente, a rede privada teria com esse processo de escolarização. Pontua-se que, devido limitações metodológicas, apenas será analisada a produção sobre o acesso, mas que não deve ser deixado de lado aspectos de permanência e aprendizado com/para este público.

Em busca de estabelecer um arcabouço teórico para corroborar neste trabalho, utiliza-se de compreensões de Neres e Kassar (2016), uma vez que ambas as autoras trazem consigo uma reflexão do direito à matrícula como uma forma de entender o processo de inclusão escolar. Junto a esta perspectiva, une-se a Patto (2008), uma vez que a autora aponta uma visão de como a *inclusão* apresenta mais de um significado, dado que ela [a inclusão] também diz a respeito de como o processo social pode promover inclusões, mas que haja sentidos excludentes e/ou então de marginalizar determinado estudante. Ademais, Aranha (2000) agrega à pesquisa ao pensar o processo de inclusão em duas medidas: a) enquanto valor, paradigma e movimento; e b) a inclusão no contexto político-administrativo da

municipalização. É pensando nessa perspectiva que urge a necessidade de compreender sobre qual a inclusão que se é pensado ao apontar os caminhos que o ensino privado brasileiro se apoia.

O trabalho parte de forma geral com o objetivo de buscar as produções mais recentes sobre o acesso à inclusão escolar em instituições privadas no Brasil. De forma a estabelecer características mais objetivas, intenta-se também: a) a busca através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); b) uma pesquisa em periódicos classificados como Qualis A1 no âmbito da Educação Especial; e c) Promover uma reflexão sobre as pesquisas existentes.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho parte, então, de uma análise qualitativa, apresentando primeiramente um ponto quantitativo em relação à quantidade de produção, mas tendo como objetivo específico uma busca de uma avaliação teórica desta produtividade. Com isso, parte-se de uma metodologia de revisão bibliográfica. De acordo com Rodrigues et al. (2007) esta abordagem busca compreender “Quem já pesquisou algo semelhante? – Busca de trabalhos semelhantes ou idênticos – Pesquisas e publicações na área” (p. 17). Ainda pode ser pensado nessa metodologia enquanto:

A revisão bibliográfica ou revisão de literatura é amplamente utilizada para compor o referencial teórico de teses e dissertações. No campo das ciências sociais este tipo de pesquisa ainda é bastante utilizado para compor uma pesquisa científica, embora se perceba um grande esforço de complementaridade com a pesquisa empírica, como percurso metodológico na pós-graduação. (KOHLS-SANTOS, MOROSINI, 2021, p. 126)

Entendendo as limitações metodológicas, o presente trabalho busca selecionar e fazer uma revisão bibliográfica sistematizada do processo de inclusão escolar, no que tange ao acesso desses estudantes no período de 2011-2021 através de duas bases de dados: 1) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 2) Revista Brasileira de Educação Especial.

Tais escolhas se devem à relevância que, primeiramente, a BDTD possui nos estudos brasileiros, constituindo-se de um aparato de grande auxílio para a compreensão da produção acadêmica. E a RBEE por ser um periódico de alto valor social e acadêmico, sendo classificada como Qualis A1 no Quadriênio 2013-2016. Junto a isso, entende-se que essas

fontes de dados permitem que seja possível compreender alguns caminhos que o acesso ao ensino privado no Brasil apresenta.

De forma geral, compreende-se alguns pontos e passos metodológicos que podem ser resumidos da seguinte maneira: i) organização das bibliotecas de dados; ii) seleção dos descritores a serem apresentados para a busca; iii) realização da busca com o uso de descritores; iv) separação dos dados referentes ao período de 2011-2021; v) tabulação dos resultados obtidos; vi) verificação – e conforme houvesse, a desconsideração – da repetição de dados; vii) análise da pertinência da pesquisa, observando os aspectos principais do trabalho; viii) leitura e análise dos resultados que as pesquisas obtiveram; ix) descrição e possíveis relações com o material teórico de apoio; e x) escrita do trabalho e revisão sistemática do texto.

É importante compreender nesse processo de análise metodológica que alguns caminhos serão feitos e, com isso, novas perspectivas, indagações e análises podem – e devem – ser traçadas. É compreendendo que o passo metodológico permite a construção de novas ciências e tendências que são relevantes. A revisão bibliográfica toma forma, então, nesse papel de construção do conhecimento científico e também da literatura da presente área de pesquisa.

Corroborando com todo esse processo teórico-metodológico, que as autoras pontuadas, tais como a Aranha (2000), Patto (2008), Neres e Kassar (2016) se unem a esse processo de busca e de revisão de bibliografia para uma análise conceitual do conteúdo ali tratado. Através disso, caminhos podem ser trilhados ao longo dessa grande caminhada que é compreender todos os processos de inclusão escolar, em especial, do acesso à matrícula desses estudantes perante ao sistema privado de ensino.

ENTENDENDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO

No decorrer do trabalho, ao passo que se utiliza de reflexões sociais e teóricas, os caminhos para o desenvolver desta pesquisa apontam-se como grandes geradoras de futuras pesquisas. Entender aqui novos caminhos é uma forma, também, de apontar a relevância acadêmica e social que, cada vez mais, esta temática em questão apresenta.

É envolto em todo um processo reflexivo que as próprias produções colocam ao observar todas as características sociais e, em certos passos, capitalistas que o decorrer da

compreensão deste acesso é posto. Caberia aqui, então, pensar num movimento dialético de reflexão de como o acesso, atrelado à matrícula, não diz respeito a uma totalidade da inclusão, mas apenas uma parte de como pode ser pensada.

Portanto, é neste capítulo que traz uma análise metodológica de como a produção acadêmica diz respeito ao acesso desses estudantes na educação privada, apontando medidas que possam fortalecer as análises buscadas. Juntamente a isso, atrela-se às concepções das autoras como forma de buscar entender as realidades que são apresentadas.

Mas, como essa compreensão permite entender os caminhos de uma inclusão escolar? Como as produções podem corroborar na reflexão de processos políticos e sociais neste meio?

O passo que as produções apontam a compreensão de um conhecimento das medidas tomadas, é necessário que seja refletido e construído neste entendimento uma abordagem daquilo que se é tomado. Reforça-se aqui as limitações que o trabalho pode apresentar ao buscar realizar uma revisão bibliográfica em dois indexadores importantes para a ciência brasileira.

Entende-se aqui que as perspectivas de Aranha (2000), Patto (2008) e Neres e Kassara (2016) permitem compreender como essas produções se aliam na sociedade contemporânea. Entende-se que os processos político-sociais podem – e muitas vezes são – alinhados ao processo de atuação do capital frente a medidas públicas, é uma forma de materializar o avanço do neoliberalismo na sociedade brasileira e com se atrela as mais diversas facetas, como é o caso da educação – e educação especial – no Brasil.

Sobre a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Entender neste primeiro ponto é compreender, em um passo, à produção acadêmica brasileira que analisa as produções realizadas nas pós-graduações em *stricto sensu* e, assim sendo, pesquisas mais aprofundadas e que refletem essa análise. A pesquisa selecionou a opção de assunto, uma vez que alguns desses temas poderiam gerar alguma duplicidade e muita ambiguidade na hora de realizar a pesquisa. A partir desse ponto, utilizou-se da junção de descritores para realizar uma busca que compreendesse as demandas da pesquisa, sendo elas: 1) “Inclusão escolar” e “Privada”; 2) “Inclusão Escolar” e “Particular”; 3) “Educação Especial” e “Privadas”; 4) “Educação Especial” e “Particulares”.

Tabela 1: Resultados BDTD

Descritores	Resultados	Resultado repetido?	Relevante?
“Inclusão escolar” e “Privada”	SILVA, Simone Martins da. Políticas de inclusão escolar: uma análise da atuação do Ministério Público nas escolas privadas de ensino regular de Porto Alegre, RS. 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.	Não.	Sim.
“Inclusão escolar” e “Particular”	TUCCI, Carlos Henrique da Costa. Importance of Educative Social Skills in the perspective of teachers of students without or with Special Educational Needs. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.	Não.	Não, uma vez que não aborda a respeito das matrículas e acessos à estas instituições
“Educação Especial” e “Privadas”	MORAES, Valdete Aparecida Veiga de. Publicização da educação especial no Paraná: gestão Requião (2003-2010). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011	Não.	Sim
“Educação Especial” e “Particular”	TUCCI, Carlos Henrique da Costa. Importance of Educative Social Skills in the perspective of teachers of students without or with Special Educational Needs. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.	Sim. Referente aos descritores “Inclusão escolar” e “Particular”	—

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Apesar do baixo resultado apresentado, neste ponto, todas as pesquisas se mostram relevantes em algum aspecto ao debater o acesso de estudantes PAEE em escolas particulares. Este ponto traz consigo, portanto, as seguintes obras como base para realização do estudo:

- SILVA, Simone Martins da. Políticas de inclusão escolar: uma análise da atuação do Ministério Público nas escolas privadas de ensino regular de Porto Alegre, RS. 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

- MORAES, Valdete Aparecida Veiga de. Publicização da educação especial no Paraná: gestão Requião (2003-2010). 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

É compreender neste momento aspectos específicos de um conjunto de trabalhos que poderá entender algumas partes de um todo. O avanço na produção e na literatura vem sendo acrescida aos poucos e – ainda assim – apenas uma é após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (2016). Pensar nesse momento influi na análise de um baixo interesse social e acadêmico neste âmbito de pesquisa, porém, de acordo com os dados do Censo Escolar (INEP, 2022), a baixa produção vem em um sentido contrário ao acesso desses estudantes na rede regular de ensino – e também nas instituições privadas (ainda que houve uma certa estabilização nos últimos anos):

Conforme os resultados apresentados, existem inúmeros avanços para a inclusão escolar ser efetivada, sendo um caminho longo. Algumas medidas, conforme serão apresentadas, são alguns passos dessa caminhada como, por exemplo, a perspectiva jurídica de Silva (2021) e uma análise das jurisprudências políticas que Moraes (2011) aponta.

O primeiro resultado, de Silva (2021) apresenta uma perspectiva da atuação jurídica do Ministério Público nas escolas privadas de Porto Alegre no que tange à inclusão escolar. É nesse sentido que o trabalho busca pensar aspectos legais que a exigência de determinadas obrigações e o cumprimento dessas instituições. Este trabalho apresenta uma perspectiva relevante no que tange ao processo de inclusão escolar ao pensar pela faceta jurídica, trazendo uma perspectiva após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão. Apontar esse ponto é relevante ao passo que evidencia legislações sociais que fortalecem a necessidade de promover a inclusão escolar – entendendo aqui todos os seus caracteres, desde o acesso, permanência e encaminhamentos – e como existem especificidades voltadas para o ensino privado. Dentre resultados, aponta que há, conforme a autora, caminhos incipientes de políticas, culturas e práticas de inclusão (SILVA, 2021); apesar disso, é apontado um papel importante do avanço – ainda que em alguns pontos sejam lentos – das políticas de análise e acompanhamento deste processo como um motor para verificação e atuação social para a inclusão deste público.

Moraes (2011) vem com uma abordagem que corrobora com uma perspectiva política, uma vez que analisa aspectos do processo de publicização da Educação Especial no Paraná e traz uma análise de medidas que a gestão do governo Requião (2003-2010). Aponta

neste momento indagações e reflexões, baseadas em concepções de Gramsci (1978) e questões apontadas sobre relações políticas e hegemônicas. Aponta-se uma série de indagações que podem corroborar com uma análise das relações socioeconômicas e ético-políticas, de forma a pensar, por exemplo, a relação das entidades filantrópicas sem fins lucrativos e os repasses e incentivos financeiros que elas recebem (MORAES, 2011). Conforme o autor aponta: “No Paraná, as entidades filantrópicas sem fins lucrativos respondem pela prestação de serviços ofertados em escolas especiais, no que tange ao atendimento educacional dos deficientes intelectuais” (p. 7).

É relevante pontuar que a pesquisa aponta uma motivação relevante, ao passo que a inclusão escolar no Paraná e as suas matrículas vão na contramão da realidade brasileira. Foron, Gazeta do Povo (2009), citado por Moraes (2011, p. 130):

A posição de resistência à inclusão repercute na mídia: O Paraná é o único estado do País que sofreu redução no número de matrículas de alunos especiais em classes comuns, segundo dados do último Censo Escolar divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), com uma queda de 33,5% de 2007 para 2008. O Estado vai na contramão das demais unidades da Federação, em que o crescimento oscilou entre 9% e 82% (mais da metade registrou aumento superior a 20%). Os dados da Tabela 3 representam o resultado da opção do Paraná por manter os portadores de deficiência em classes especiais. Mas mesmo o ensino especializado também sofreu redução no número de matrículas no ano passado. A queda foi de 27,8%. Com isso, o Estado ficou em quarto lugar entre os que diminuíram as matrículas no ensino especial (FORON, GAZETA DO POVO, 2009).

E é a partir das análises dos trabalhos de Silva (2021) e de Moraes (2011) que pode apontar uma perspectiva de haver alguns certos interesses por parte de algumas dessas instituições, além de haver a necessidade de um fortalecimento de uma política pública que faça um trabalho de verdadeiramente investigar a atuar para o cumprimento dela. Ao passo que as legislações vêm sendo ampliadas, a sua fiscalização deve ser ampliada, fortalecida e sistemática. Como comprovado por Silva (2021), o passo de haver um maior controle das jurisprudências é uma forma de garantir maiores conquistas no avanço social em prol da inclusão escolar – ainda que esta seja, infelizmente, com uma certa lentidão.

Pensando a Revista Brasileira de Educação Especial

Uma vez que tal Revista tem um grande apreço no que tange a sua conceituação e relevância acadêmica, garantindo sua classificação pelo CAPES-QUALI A1, a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) vêm apontando grande relevância naquilo que tange

a compreensão de aspectos da Educação Especial. É junto a este ponto que a Revista apresenta uma relevância gigantesca no cenário educacional brasileiro.

A Revista, que tem uma de suas indexações na plataforma Scielo, permite um maior número de descritores, uma vez que já está intrínseco à concepção da Educação Especial em relação às temáticas publicadas. O que se pode analisar com os resultados obtidos será apresentado após o Quadro 2. De antemão, revela-se algo que, infelizmente, já era esperado: uma baixa produção acadêmica sobre a temática buscada.

Tabela 2: Resultados RBEE

Descritores	Resultados	Resultado repetido?	Relevante?
Ensino privado	VIEIRA-RODRIGUES, Margarida Maria de Moura; SANCHES-FERREIRA, Maria Manuela Pires. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, p. 37-52, 2017.	Não.	Não. Uma vez que o objetivo da pesquisa é analisar o Brasil, o trabalho apresenta resultados de Portugal.
Ensino privada	DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, p. 289-300, 2013.	Não.	Não. Aborda a perspectiva do ensino superior e o objetivo do trabalho é a educação básica
	APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 24, p. 45-58, 2018.	Não.	Não. A pesquisa busca compreender processos de aprendizagem e não sobre o acesso e/ou matrícula
Educação privado	VIEIRA-RODRIGUES, Margarida Maria de Moura; SANCHES-FERREIRA, Maria Manuela Pires. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores	Sim	—

	de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, p. 37-52, 2017		
Educação Privada	GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; LÓPEZ, Verónica. Políticas de Educação Especial no Chile (2005-2015): Continuidades e Mudanças. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 25, p. 1-16, 2019.	Não	Não. Uma vez que aborda um panorama chileno.
	APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 24, p. 45-58, 2018.	Sim	–
	DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, p. 289-300, 2013.	Sim	–
Educação Particular	LEITE, Lúcia Pereira; CARDOSO, Hugo Ferrari; OLIVEIRA, Taize de. Escala intercultural de concepções de deficiência: construção e estudos Psicométricos. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 27, 2021.	Não.	Não. Compreende concepções da deficiência e não a respeito da matrícula e/ou acesso
	GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 27, 2021.	Não	Sim.
	QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de	Não	Não, uma vez que aborda a perspectiva da educação pública

Ensino Público de Manaus. Revista Brasileira de Educação Especial , 2019, v. 25, n. 2, p. 233-248.		
VAZ, Kamille. Professor, profissional ou educador: a concepção de professor de educação especial nas produções acadêmicas do campo específico da educação especial (2000-2016). Revista Brasileira de Educação Especial , v. 25, p. 101-116, 2019.	Não	Não. Aborda sobre o professor e não sobre a matrícula ou acesso de estudantes
CARVALHO, Dariel de; MANZINI, Eduardo José. Aplicação de um programa de ensino de palavras em Libras utilizando tecnologia de realidade aumentada. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, p. 215-232, 2017.	Não	Não. O trabalho não abarca as temáticas da presente pesquisa
MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. Características de altas habilidades/superdotação em aluno precoce: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 22, p. 189-202, 2016.	Não	Não. Utiliza de um estudo de caso de um estudante PAEE, mas sem pensar a matrícula e/ou o acesso
CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Análise das versões do instrumento whoqol-dis frente aos aspectos que motivaram sua criação: participação e autonomia. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 21, p. 407-426, 2015.	Não	Não. Aborda aspectos que não interessam a abordagem do acesso desse público
ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Revista brasileira de educação especial , v. 20, p. 341-356, 2014.	Não	Não. Não buscava pensar a característica das escolas privadas
REIS, Helena Isabel Silva; PEREIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Leandro da Silva. Construção e	Não	Não. Não intenta compreender a esfera de acesso e

	validação de um instrumento de avaliação do perfil desenvolvimental de crianças com perturbação do espectro do autismo. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, p. 183-194, 2013.		matrículas no ensino privado
	RODRIGUES, David; NOGUEIRA, Jorge. Educação especial e inclusiva em Portugal: fatos e opções. Revista brasileira de educação especial , v. 17, p. 3-20, 2011.	Não	Não. Tal pesquisa aborda a educação especial e inclusiva em Portugal e não no Brasil
Ensino Particular	QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. Revista Brasileira de Educação Especial . 2019, v. 25, n. 2, p. 233-248.	Sim	–
	CARVALHO, Dariel de; MANZINI, Eduardo José. Aplicação de um programa de ensino de palavras em Libras utilizando tecnologia de realidade aumentada. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 23, p. 215-232, 2017.	Sim	–
	ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. Revista brasileira de educação especial , v. 20, p. 341-356, 2014.	Sim	–
Acesso privada/o	DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial , v. 19, p. 289-300, 2013.	Sim	–
Matrícula privada/o	Sem resultados	–	–

Matrícula particular	Sem resultados	–	–
Acesso particular	Sem resultados	–	–

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De forma a sistematizar aqui as produções consideradas relevantes para este trabalho, foram excluídos aqueles que não abordavam o cerne principal da pesquisa: ensino privado/particular; educação básica; cenário brasileiro. Com isso, pode-se pontuar artigos que corroboram com uma análise mais direcionada e precisa do objetivo geral da pesquisa. Dentre os artigos que se mostraram relevantes, aponta-se apenas o da pesquisadora Rosalba Garcia e Liliam Barcelos (2021):

- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

Tal trabalho utilizou-se de uma perspectiva social que utiliza do conceito de Estado Integral e como a concepção das entidades privadas tiveram um determinado acesso e relevância nas discussões acerca de políticas públicas. Utilizando de uma concepção de Gramsci (1976), Garcia e Barcelos (2021) aponta que

Consideramos que os movimentos políticos relacionados aos grupos de sujeitos que compõem o PAEE estão socialmente representados mediante aparelhos privados, bem como, por seus intelectuais, os quais se vinculam, em maior ou menor proporção, à sociedade política, de forma a ter seus interesses incorporados às políticas públicas para a Educação Especial. (p. 3)

É pensando nessa perspectiva que se agrega a reflexão de como o aparato político de inclusão escolar – pensando no acesso – pode ser abordado. Como pensar em políticas públicas que visem a compreensão social desses estudantes frente a um sistema de ensino que utiliza de um aparato capital? A partir de que momento a compreensão sociopolítica dessas instituições podem agir para promover uma inclusão verdadeiramente efetiva que pensa os estudantes em sua totalidade e, ao mesmo tempo, suas individualidades de ensino?

Ademais, quando se pensa em instituições privadas, as autoras identificaram a prevalência de instituições privadas-filantrópicas e sem fins lucrativos para a efetivação. Em partes, indaga-se se esse processo de inclusão nas escolas privadas-filantrópicas e sem fins lucrativos são heranças da LDBEN de 1961, uma vez que assegurava para esta iniciativa a matrícula desses estudantes:

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - **Lei nº 4.024/1961** -, que dispôs, no Título X, sobre a educação dos "excepcionais" como parte da educação geral e assegurou à "iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação" o recebimento de "bolsas de estudo, empréstimos e subvenções". (BRASIL, 1961, apud GARCIA, BARCELOS, 2021, p. 5)

A partir desse estudo, ao invés de pensar em respostas, traz consigo novos questionamentos – e entende-se este ponto algo extremamente legítimo e relevante, dado que incentiva a busca e formulação de políticas públicas. Deve ser pensado em uma política social que vise a compreensão das demandas e garantias de acesso para este público, uma vez que o capital pode ser ancorado como agente articulador para garantir interesses específicos.

PONDERAÇÕES SOBRE AS PRODUÇÕES: CAMINHOS POSSÍVEIS A SEREM TRAÇADOS?

Ao decorrer da elaboração do trabalho, novas indagações surgiram, uma vez que ao invés de trazer respostas, muitas questões surgiram, como é o caso de: por que há um número tão baixo de produções que discutem o acesso e também sobre as matrículas de estudantes Público-Alvo da Educação Especial em escolas privadas? Quais são as perspectivas dessas matrículas após a realidade posta da Lei Brasileira de Inclusão?

Entender as produções aqui vistas é pensar também em uma perspectiva teórica de um caráter analítico que vise compreender o capital enquanto um agente social e político na construção de políticas públicas. Ademais, é pensando nessas reflexões que pode refletir o ponto que Patto (2008) traz consigo reflexões sobre a produção do fracasso escolar ao ter uma análise do modo capitalista de compreender a realidade que se insere. É entender esse ponto e refletir sobre a quase necessidade intrínseca da cobrança de mensalidades que pode indagar sobre papéis que o capital adentra em todo esse processo. Junto a isso, pode pensar

também em como o capacitismo² pode se atrelar ao capital, pensando e entendendo os sistemas de opressões junto a uma relação de uso e acúmulo de capital.

Pensar Patto (2008) é trazer todo um processo dialético que visa compreender o acesso enquanto apenas umas das várias medidas que será apontado naquilo que se entende enquanto inclusão escolar. Através de uma sistematização das produções realizadas, pode-se ter uma noção de como os movimentos acadêmicos, oriundos de universidades e pesquisadores, estão se movimentando – ou se mantendo estáticos – na produção de conhecimentos para/com este público analisado.

Entendendo e corroborando com as análises dos resultados obtidos, Aranha (2000) nos permite compreender a inclusão que vem sendo relatada nas produções acadêmicas enquanto um paradigma da sociedade capitalista que se apresenta. Poderia pensar, portanto, em ideais neoliberais para a construção e efetivação do acesso escolar? É trazendo uma certa reflexão de como a sociedade aponta medidas políticas que utilizam de um caráter do capital de acumular e buscar capital e, ao mesmo tempo, terceirizar processos e direitos que deveriam ser públicos. O paradigma apontado da compreensão da saída de uma institucionalização para, então, uma “escolarização”? Infelizmente a baixa produção realizada nas grandes produtoras e organizadoras de conteúdo impede que algumas dessas discussões avancem.

Um ponto que pode ser observado com as produções, principalmente a de Silva (2021), é da ação social e de aparatos públicos, como o papel do Ministério Público, como um promotor de garantias e direitos. Neste caso, ainda deve ser analisado as tensões que os movimentos sociais se colocam nessa visão dos estudantes PAEE na educação privada em um momento de queda de direitos sociais e disputas neoliberais e conservadoras no âmbito da Educação Especial, como foi os debates envolvidos na discussão sobre o Plano Nacional da Educação Especial de 2020 como meio de garantir um retrocesso nas políticas sociais.

Aqui, portanto, pensa-se caminhos que poderão ser analisados com/para este público na medida que, junto a pandemia da COVID-19, a retirada e dificuldade de

² De forma geral e resumida, pode-se pensar que Capacitismo é o preconceito realizado com/para pessoas com deficiência. De acordo com Vendramim (2019, p. 17), citando Campbell (2008), o: “Capacitismo é a leitura que se faz a respeito de pessoas com deficiência, assumindo que a condição corporal destas é algo que, naturalmente, as define como menos capazes. Campbell (2008) aponta que o capacitismo internalizado deflagra uma dificuldade social em interrogar-se pela diferença, e resulta em perceber pessoas com deficiência como seres menos humanos”

promoção de garantias sociais para esse público haverá. É necessário que aqui seja entendido a inclusão como um processo intrínseco ao movimento de garantias sociais, mas pensando possíveis dificuldades que este grupo apresenta(rá) em um cenário neoliberal e de promoção de um retorno às institucionalizações.

Falta-se, também, pensar em recortes raciais ao buscar a realidade desse público na sociedade. Pensar nesse ponto, conforme apontado pela professora e ativista, Luciana Viegas, representante do Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI) durante a Audiência Pública realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) para examinar a constitucionalidade do Decreto 10.502 – PNEE de 2020, é de extrema importância e necessário de ser pensado (VIDAS, 2020). Como pensar nesse processo, uma vez que ainda enfrenta-se uma dificuldade de haver publicidade das escolas privadas?

Voltar para a pergunta que norteia esta pesquisa: "como os trabalhos acadêmicos acerca do ensino privado analisam as políticas de acesso de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)?" é voltar e refletir sobre o que os trabalhos também não revelam sobre essa temática. É na busca de um movimento de compreensão do todo que se faz necessário compreender e realizar novos trabalhos metodológicos para que essa pergunta consiga ser – ainda que parcialmente – respondida e que novas surjam, uma vez que a ciência é vinda neste movimento constante de compreensão social e dialética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que se caminha para uma conclusão, aponta-se que ela não existe. O que pode ser entendido é o processo de abrir com considerações que ainda que se chamam finais, Ainda São iniciais naquilo que tange ao processo de reflexão e construção do pensamento teórico-metodológico das produções aqui levantadas.

Compreender aqui que haveria, então, uma conclusão é pontuar a finalização ou compreensão de um debate que não acabou – e não deve, em nenhuma hipótese, ser concluído. É na busca de respostas, mas muito mais no processo de indagações que consegue traçar algumas ponderações sobre como a inclusão escolar em instituições privadas é observada nas produções acadêmicas e científicas.

Aprende-se que toda a busca de caminhos desejados e os anseios com a pesquisa podem não ser respondidos. É com essa análise e percepção que se direciona a necessidade

e também urgência de haver novas pesquisas e análises para entender mais a fundo as perguntas e os desejos que obteve ao delinear os objetivos aqui abordados.

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se ao menos entender que o processo social de acesso à escola em instituições particulares ainda se atrela ao avanço do neoliberalismo. Apesar disso, reforça-se os papéis de movimentos sociais e também de organizações públicas e legislações que buscam promover essa inclusão e, assim, obtendo grandes avanços, principalmente ao ponto que há uma aplicação e também fiscalização de todo esse processo. É primordial que a sociedade compreenda e defenda que a inclusão escolar não seja um favor para este público, mas sim um direito garantido constitucionalmente e também em legislações.

A compreensão da Educação Especial é necessária para que os processos sociais sejam defendidos e realizados de forma a buscar e garantir que as legislações sejam cumpridas. Muitas pessoas batalharam – e ainda lutam e resistem – para que nenhum retrocesso seja realizado.

Fica claro, portanto, que em disputas políticas, principalmente em tempos em que há uma polarização muito forte, deve ser compreendida a educação enquanto direitos e não como favores. É fato que ainda temos muitos caminhos e passos para avançarmos frente a uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva, porém, é na busca por mudanças que deve ser apoiado as medidas políticas e também sociais no Brasil. Avanços podem ser demorados para serem obtidos, mas é importante que nenhum retrocesso seja normalizado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Pedro; MELO, Dyanne. *Mãe de criança com autismo denuncia ter sido impedida de matricular filho em escola: 'Nem me deixou entrar', diz*. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2021/08/26/mae-de-crianca-com-autismo-denuncia-ter-sido-impedida-de-matricular-filho-em-escola-nem-me-deixou-entrar-diz.ghtml>. Acesso em: 16 jul. 2022.

APORTA, Ana Paula; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 45-58, 2018.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Análise das versões do instrumento whoqol-dis frente aos aspectos que motivaram sua

- criação: participação e autonomia. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 21, p. 407-426, 2015.
- CARVALHO, Dariel de; MANZINI, Eduardo José. Aplicação de um programa de ensino de palavras em Libras utilizando tecnologia de realidade aumentada. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, p. 215-232, 2017.
- DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 19, p. 289-300, 2013.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; BARCELOS, Liliam Guimarães de. A Constituição do Público-Alvo na Política de Educação Especial Brasileira: Movimentos e Disputas no Interior do Estado Integral. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, 2021.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; LÓPEZ, Verónica. Políticas de Educação Especial no Chile (2005-2015): Continuidades e Mudanças. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 1-16, 2019.
- INEP. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Estatísticas Censo Escolar*. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 17 de jul. 2022.
- KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O Revisitar da Metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica online*, v. 33, 2021.
- LEITE, Lúcia Pereira; CARDOSO, Hugo Ferrari; OLIVEIRA, Taize de. Escala intercultural de concepções de deficiência: construção e estudos Psicométricos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, 2021.
- MARTINS, Bárbara Amaral; CHACON, Miguel Claudio Moriel. Características de altas habilidades/superdotação em aluno precoce: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, p. 189-202, 2016.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO [MEC]. *As escolas são obrigadas a oferecer vagas para alunos com deficiência? Elas precisam de alguma licença para oferecer essas vagas?* s.d.. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/par/125-perguntas-frequentes-911936531/educacao-especial-123657111/115-as-escolas-sao-obrigadas-a-oferecer-vagas-para-alunos-com-deficiencia-elas-precisam-de-alguma-licenca-para-oferecer-essas-vagas>. Acesso em: 16 jul. 2022.
- MORAES, Valdete Aparecida Veiga de. *Publicização da educação especial no Paraná: gestão Requião (2003-2010)*. 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.
- NERES, Celi Corrêa; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Inclusão escolar de crianças com deficiência: do direito à matrícula ao acesso ao conhecimento em trajetórias escolares. *International studies on law and Education*, v. 22, 2016. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle22/39-50CeliMonica.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022
- PATTO, M. H. S. *A Produção Do Fracasso Escolar [The production of scholar failure]*. São Paulo: Casa do Psicólogo (Originally published in 1990), 2008.
- QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino de Araújo; GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. *Revista Brasileira de Educação Especial*. 2019, v. 25, n. 2, p. 233-248.

- REIS, Helena Isabel Silva; PEREIRA, Ana Paula da Silva; ALMEIDA, Leandro da Silva. Construção e validação de um instrumento de avaliação do perfil desenvolvimental de crianças com perturbação do espectro do autismo. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 19, p. 183-194, 2013.
- RODRIGUES, David; NOGUEIRA, Jorge. Educação especial e inclusiva em Portugal: fatos e opções. *Revista brasileira de educação especial*, v. 17, p. 3-20, 2011.
- RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. *Faetec/IST. Paracambi*, p. 2-20, 2007.
- ROSIN-PINOLA, Andréa Regina; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 341-356, 2014.
- SILVA, Simone Martins da. *Políticas de inclusão escolar: uma análise da atuação do Ministério Público nas escolas privadas de ensino regular de Porto Alegre, RS*. 2021. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.
- TUCCI, Carlos Henrique da Costa. *Importance of Educative Social Skills in the perspective of teachers of students without or with Special Educational Needs*. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- VAZ, Kamille. Professor, profissional ou educador: a concepção de professor de educação especial nas produções acadêmicas do campo específico da educação especial (2000-2016). *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 101-116, 2019.
- VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o capacitismo. *Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos*, 2019.
- VIDAS Negras com Deficiência fala na Audiência Pública do STF | Educação Inclusiva | Luciana Viegas. Brasília: Tv Justiça, 2020. (6 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-fWe1Owisvs>. Acesso em: 17 jul. 2022.
- VIEIRA-RODRIGUES, Margarida Maria de Moura; SANCHES-FERREIRA, Maria Manuela Pires. A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular em Portugal: a opinião de educadores de infância e de professores do 1º ciclo do ensino público e privado. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, p. 37-52, 2017.

Submetido em 02 de agosto de 2022
Aprovado em 10 de agosto de 2022

Informações do(a)s autor(a)(es)

Ícaro Belém Horta

Graduado em Geografia pela UFMG | Pós-graduado em Educação Especial pela Faculdade Única | Professor da Educação Básica do Estado de Minas Gerais Afiliação institucional

E-mail: oracibh@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7184-1494>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1587289985250575>